



16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

Tema: “40 anos da “Virada” do Serviço Social”

Brasília (DF, Brasil), 30 de outubro a 3 de novembro de 2019

Eixo: Serviço Social, Fundamentos, Formação e Trabalho Profissional

Sub-Eixo: Ênfase em Formação Profissional

O ENSINO A DISTÂNCIA (EAD): UMA ANÁLISE SOBRE A PRECARIZAÇÃO DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL NAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR DE SANTOS

Caroline Santos Almeida¹
Juliana Fracaro da Silva²
Sonia Gomes dos Santos³

Resumo: A expansão da graduação em Serviço Social nas instituições de ensino a distância, provocou indagações quanto a qualidade do ensino e o processo de formação. Este trabalho tem o objetivo de responder tais questões esboçando o processo de formação dos estudantes nessa modalidade, indicando a precarização desse tipo de ensino e o impacto no perfil do futuro profissional.

Palavras-chaves: ABEPSS, Formação, EAD, Serviço Social.

Abstract: The expansion of the graduation in Social Work at distance learning colleges, provoked questions about the quality of teaching just as the process of graduation. This research aims to answer these questions by outlining the process of graduation of the students in this genre, indicating the precariousness in this kind of teaching and the impact it causes on the professional future profile.

Keywords: ABEPSS, Graduation, Distance Learning, Social Work.

Introdução

Mediante a proposta do Ministério da Educação (MEC) dos governos anteriores e do atual desgoverno, surge a ideia de um plano de educação mais “acessível”, com isso, nos deparamos com a mercantilização do ensino com a pseudo proposta de democracia, no que concerne ao acesso e a inclusão da população pobre no ensino superior. Isto proporciona uma formação em massa da população, criando um exército de reserva de trabalhadores graduados, com um contestável ensino de qualidade e sem a perspectiva de alcançar uma posição no mercado de trabalho.

Esse cenário torna-se legítimo com o avanço dos cursos de Ensino a Distância (EAD) e aprovação de Instituições de Ensino (IES) privadas, por permitir um menor investimento em infraestrutura e força de trabalho, garantindo mais lucratividade às instituições financeiras de ensino, ou seja, um conluio entre o capital e o Estado.

¹ Estudante de Graduação Universidade Federal de São Paulo – UNIFESP
E-mail: juliana.fracaro@yahoo.com.br

² Estudante de Graduação Universidade Federal de São Paulo – UNIFESP
E-mail: juliana.fracaro@yahoo.com.br

³ Estudante de Graduação Universidade Federal de São Paulo – UNIFESP
E-mail: juliana.fracaro@yahoo.com.br

Sendo assim, indaga-se nesta pesquisa o tipo de formação profissional que a modalidade de ensino a distância oferece, especificamente ao Serviço Social. Como estão sendo formados esses profissionais que precisarão deter uma linha de pensamento crítico-analítico da totalidade da sociedade e o seu modo de intervenção? Será que as matrizes curriculares das IES estão de acordo com as diretrizes curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS)? Tais questionamentos se agravam ao considerarmos a defesa da categoria por um ensino público, laico, gratuito e de qualidade alicerçados pelo tripé: ensino, pesquisa e extensão.

Na tentativa de responder tais questionamentos, por meio de uma pesquisa quanti-qualitativa, verificar-se-á, mediante uma análise bibliográfica, o processo da modalidade EAD no Brasil e como essa adentrou no âmbito do Serviço Social. Buscaremos compreender como a categoria responde a essa modalidade, de acordo com as diretrizes curriculares da ABEPSS. Através da pesquisa documental e questionário realizado com as alunas graduandas em Serviço Social na modalidade a distância da Universidade Metropolitana de Santos- UNIMES, buscar-se-á identificar qual a quantidade de instituições privadas que possuem ensino superior de Serviço Social a distância na Baixada Santista, enfatizando as instituições de Santos/SP. Desta forma, a pesquisa visa a compreender: (i) quantas instituições existem na região; (ii) se a matriz curricular está em sintonia com as diretrizes da ABEPSS.

A proposta estratégica de modernização do ensino superior que oculta a mercantilização da educação

Em meados dos anos de 1990, o Banco Mundial junto a outros órgãos internacionais como o Fundo Monetário Internacional (FMI), defendia o desenvolvimento do sistema educacional, com base no discurso de que a educação seria o principal meio para que os países pobres alcançassem o nível superior da globalização. Nessa perspectiva, o objetivo do ensino visava e ainda visa o mercado de trabalho, tencionado pela flexibilização do trabalhador e à formação de valores e atitudes favoráveis ao mercado de trabalho.⁴

Nesse âmbito, ergue-se na América Latina a reforma educacional com base na privatização do ensino superior, ampliando o aprofundamento da polarização da educação com a indústria periférica que importava “pacotes tecnológicos”. Através do controle educacional pelos centros financeiros e tecnológicos, a educação consolidou-se como um poderoso espaço de mercantilização para o capital.

⁴ Para maiores e melhores informações sobre a flexibilização do trabalhador e à formação para o mercado, indicamos a tese (mimeo) “A feminização no mundo do trabalho: entre a emancipação e a precarização.” produzida por Claudia Mazzei, 2003.

Ainda nos anos 1990 a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) e o Banco Mundial, apoiado pelo FMI, apresentam as propostas para o ensino superior reafirmando

[...] o papel da educação como estratégia de diminuição da pobreza e a necessidade de privatização do ensino superior e acesso à democracia, desenvolvimento e segurança como importantes vetores para a garantia de um clima de coesão social para os investimentos estrangeiros na região latino-americana e caribenha de forma segura[...] (PEREIRA, 2006, p.18).

Sendo suas estratégias

[...] a diversificação das instituições de ensino superior (universidades públicas, privadas e instituições não universitárias, com cursos politécnicos, cursos de educação a distância e cursos de curta duração); a diversificação das fontes de financiamento, com a mobilização de mais fundos privados para o ensino superior, o apoio aos estudantes qualificados que não podem custear os estudos superiores e a melhoria da utilização dos recursos fiscais entre e dentro das instituições; a redefinição das funções do Estado: de um executor da política de ensino superior para a de um agente facilitador de um novo marco político e jurídico que garanta as diretrizes privatizantes da educação superior; a implantação de uma política de “qualificação” do ensino superior, concebida a partir do eficiente atendimento aos interesses do setor privado. (PEREIRA, 2006, p.17).

Isto posto, podemos entender as transformações do processo de formação do ensino superior em escala global, o aperfeiçoamento e tecnização da força de trabalho para responder à demanda do capital, sustentado pela “revolução da tecnologia de informação”.

Eclosão do ensino superior a distância no Brasil

Em dezembro de 1996, no governo de Fernando Henrique Cardoso, é sancionada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), dispondo em seu artigo 80, caput, o incentivo do Poder Público em desenvolver e veicular programas de ensino a distância. Apenas em 2005 foi regulamentada a “modalidade educacional”, através do Decreto Federal nº 5622. A educação superior brasileira, como um espaço mercantilizado, se apresenta com uma falsa proposta de democratização e expansão do acesso, seguindo a linha do Plano Nacional de Educação, aprovado pela lei nº 10.172, de 09 de janeiro de 2001, que tinha como base a LDBEN (1996).

No governo Lula (2003-2010) a questão não foi tratada diferente. Para cumprir as metas do PNE/2001-2010 de inserir 30% dos jovens entre 18 a 24 anos no ensino superior até 2011, com o pretexto de uma educação como um bem público, o governo expandiu o acesso ao ensino superior através do incentivo às instituições de ensino privadas através do Programa de Universidade para Todos (PROUNI) e o Financiamento Estudantil (FIES), de acordo com o Plano de Desenvolvimento da Educação.

Os incentivos são realizados por meio de isenções fiscais e até mesmo com a injeção de dinheiro público. Partindo dessa premissa, ocorre a expansão das instituições privadas, tanto presenciais como na modalidade a distância, sendo essa a modalidade que teve maior adesão pelas “instituições financeiras de ensino”, uma vez que o ensino a distância proporciona um maior lucro às instituições. “Com um discurso extremamente sedutor, de defesa da democracia, do acesso à educação, do exercício da cidadania, abre-se ao mercado um campo extremamente lucrativo que é o ensino a distância [...]” (PEREIRA, 2010, p. 152).

A modalidade de Ensino a Distância configura-se, como um modo de ensino extremamente lucrativo para a expansão capitalista e a formação de “intelectuais” necessários à ordem burguesa. Ao fazermos um recorte do Estado de São Paulo, de acordo com o MEC em 2018, existem hoje, em média, 121 instituições de ensino privada que fornecem a modalidade de ensino EAD. Essas instituições possuem múltiplos campus e polos, podendo chegar a 265.

O Serviço Social submetido ao movimento do EAD

No âmbito da formação profissional, a categoria dos profissionais, dos estudantes e dos pesquisadores em Serviço Social, majoritariamente defende uma universidade pública, gratuita, laica e de qualidade, que preserve no ambiente universitário a integração entre o ensino, a pesquisa e a extensão. Assegurando um ensino voltado à qualificação profissional baseado na alta competência, para além das demandas e necessidades do capital. Porém, a política educacional implantada nos últimos governos segue uma lógica mercantil e empresarial, que estimula a privatização do ensino superior, chamada por Chauí de “Universidade Operacional” ou “Universidade de Resultados e Serviços” (CHAUÍ *apud* IAMAMOTO, 2012, p. 433). Portanto, o desfinanciamento do ensino público superior, acarretado pela subordinação da educação à acumulação do capital, compromete a qualidade do ensino superior e sua função pública, implicando na eliminação de pesquisas e extensões presentes nas universidades públicas.

Desta maneira, a modalidade EAD adentra na área do Serviço Social em 2006. A categoria profissional foi contrária a essa modalidade de ensino, devido a radical incompatibilidade com as diretrizes curriculares estipuladas pela ABEPSS e o Código de Ética da categoria, tendo em vista que a modalidade de ensino não garante uma formação profissional qualificada, ignorando as dimensões do exercício profissional: teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa.

A intensa e recente expansão dos cursos de graduação no circuito do ensino privado tem sérias implicações para a política de formação acadêmica e para o exercício profissional, visto que esses novos cursos não acompanharam historicamente o processo coletivo de elaboração e implementação das diretrizes curriculares, sob a direção da ABESS, hoje ABEPSS. (IAMAMOTO, 2012, p.443).

Vale ressaltar que as condições da formação em Serviço Social na modalidade EAD afetam as três das principais categorias do processo de formação do futuro profissional: o estágio, a produção de pesquisa e a vivência acadêmica, certificando-se que o curso de Serviço Social a distância, abarcado pelo processo de mercantilização do ensino é legitimado pelas ações de políticas públicas afirmativas do Estado, formando profissionais com o perfil exaurido, como coloca a professora Larissa Dahmer Pereira “trata-se, logo, de um perfil empobrecido de formação profissional” (2013, p. 65).

Assim, a formação de Serviço Social na modalidade de EAD gera desafios na busca de uma formação de qualidade, trazendo questionamentos nesse processo educacional e dos profissionais formados, pensando no que será feito da “produção de massa” de assistentes sociais que dispuseram de uma formação limitada que não lhe dá suporte crítico-analítico.

Expansão do Serviço Social EAD nas IES Privadas do Brasil

No Censo do Ensino Superior, disponibilizado pelo MEC, de 2010 a 2015, consta que ocorreu um aumento substancial de 209% de IES privadas no Brasil que oferecem o curso de Serviço Social a distância. Em 2015 atingiu um número de 25 instituições, sendo 17 universidades e 08 centros universitários (vide tabela 1). No último Censo de 2017, o número de IES subiu para 32 instituições, sendo 18 universidades, 13 centros universitários e 01 faculdade (vide tabela 1), representando um total de 132.895 vagas oferecidas, destas, 92.781 vagas correspondem ao número de matrículas.

Tabela 1

QUANTIDADE DE IES PRIVADA EM SERVIÇO SOCIAL EAD NO BRASIL (CENTRO UNIVERSITÁRIO, UNIVERSIDADE, FACULDADE E INSTITUTOS)							
ANO/TIPO IES	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2017
TOTAL	12	13	17	17	23	25	32
UNIVERSIDADES	10	10	14	13	17	17	18
CENTROS UNIVERSITÁRIOS	2	3	3	4	6	8	13

FACULDADE	-	-	-	-	-	-	1
OBS: Em todos os anos existiu apenas uma Universidade Estadual Pública							

Ao verificarmos outros dados disponíveis no *site* do MEC (2018), temos no Brasil um total de 79 instituições de ensino superior privadas que oferecem o Curso de Serviço Social, disponibilizando em média 151.899 vagas a distância. Dessas instituições, 41 estão localizadas no Estado de São Paulo. A quantidade de instituições privadas se expande, conseqüentemente o número de vagas na modalidade aumentam, a instituição pública estadual que fornecia o curso em Serviço Social desde 2010, deixa de oferecer nesta modalidade a partir 2016.

Destarte, evidencia-se a intensificação das instituições privadas na criação de cursos a distância seguindo com a expansão do projeto comercial de exploração do ramo da educação, conforme declarado em Nota da ABEPSS

[...]na lógica mercadológica, quanto mais rápido, ligeiro e barato o ensino, mais ele atenderá aos objetivos de formar trabalhadores para se adaptarem às condições e relações de trabalho precarizadas, competitivas e individualistas (TEMPORALIS, 2011, p. 02).

A atuação educacional no mercado é incentivada e legitimada pelo Estado brasileiro e avança com suas estratégias para atingir a meta 12 do PNE de 2014. Destaca-se que essas operações são possíveis mediante o parco investimento necessário para fornecer esse tipo de ensino, visto que as IES dependem de um menor recurso com infraestrutura e força de trabalho, permitindo às instituições abrirem polos não só na cidade de origem, mas em todo o território nacional, principalmente por meio de parcerias, pois, para abrir um polo educacional, qualquer pessoa pode adquirir no modelo de franquia.

A realidade das EADs na cidade de Santos

A cidade de Santos possui 12 polos de instituições de ensino superior que dispõem da graduação na modalidade EAD em Serviço Social, que abarcam instituições de outros municípios do estado de São Paulo como por exemplo a UNIFRAN – Universidade de Franca e UNIP – Universidade Paulista (essa possui também o curso presencial na cidade), e até mesmo instituições de outros estados brasileiros como por exemplo a UNIPLAN - Centro Universitário Planalto do Distrito Federal e a UNICESUMAR - Centro Universitário de Maringá, sendo que apenas a UNIMES - Universidade Metropolitana de Santos, é da região e possui matriz na cidade de Santos.

De acordo com o cadastro de instituições de ensino superior E-MEC, quatro das doze instituições ainda não possuem o reconhecimento do MEC, sendo que, 25% foram reconhecidas no ano de 2015, 33,4% foram reconhecidas nos anos de 2017 e 2018 e apenas a IES UNOPAR - Universidade do Paraná tem um período maior de reconhecimento do curso, desde 2011. Vale ressaltar que para o reconhecimento do curso em concordância com a lei Nº 10.861, de abril de 2004, se faz necessário passar pelas três etapas do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), seus resultados possibilitam ou não que o curso seja autorizado na instituição.

Artigo 2º, parágrafo único - Os resultados da avaliação referida no *caput* deste artigo constituirão referencial básico dos processos de regulação e supervisão da educação superior, neles compreendidos o credenciamento e a renovação de credenciamento de instituições de educação superior, a autorização, o reconhecimento e a renovação de reconhecimento de cursos de graduação. (BRASIL, 2004).

Por essa e outras razões, as entidades da categoria do Serviço Social questionam esse processo de ensino, pois ocultam as informações que são de extrema importância ao se tratar da qualidade do ensino prestado.

Matriz Curricular das IES em relação às Diretrizes Curriculares da ABEPSS

A formação profissional visa a garantir que o exercício profissional dos e das assistentes sociais seja assentado no comprometimento social e político para com os cidadãos, adotando “um explícito ponto de vista de classe, na análise da sociedade e do papel da profissão” (ABESS, 1998, p. 97). Sendo assim, a fundamentação teórico-metodológica se faz de extrema importância no processo de formação dos estudantes, tendo em vista que deverá proporcionar aos mesmos a possibilidade de entendimento da realidade social quanto a sua natureza, estrutura, dinâmica e seu movimento contraditório no âmbito da sociedade capitalista. Após formados, devem possuir competências e habilidades que os permitam atuar com seu principal instrumento que é a questão social (Trabalho vs. Capital), almejando superar o formato de sociedade posto através do avanço neoliberal.

A formação profissional deve viabilizar uma capacitação teórico-metodológica e ético-política, como requisito fundamental para o exercício de atividades técnico-operativas, com vistas à apreensão crítica dos processos sociais numa perspectiva de totalidade; Análise do movimento histórico da sociedade brasileira, apreendendo as particularidades do desenvolvimento do capitalismo no país; Compreensão do significado social da profissão e de seu desenvolvimento socio-histórico, nos cenários internacional e nacional, desvelando as possibilidades de ação contidas na realidade; Identificação das demandas presentes na sociedade, visando formular respostas profissionais para o enfrentamento da questão social, considerando as

novas articulações entre o público e o privado. Estes elementos estão em consonância com as determinações da Lei n.8662, de 7 de junho de 1993, que regulamenta a profissão de assistente social[...]. (Ministério da Educação e do Desporto, 1999, p. 2).

De acordo com as diretrizes curriculares da ABEPSS (1996), a formação profissional implica na capacitação teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa que deve proporcionar aos futuros assistentes sociais, as seguintes habilidades e competências:

Formular e executar políticas sociais em órgãos da administração pública, empresas e organizações da sociedade civil;
 Elaborar, executar e avaliar planos, programas e projetos na área social;
 Contribuir para viabilizar a participação dos usuários nas decisões institucionais;
 Planejar, organizar e administrar benefícios e serviços sociais;
 Realizar pesquisas que subsidiem formulação de políticas e ações profissionais;
 Prestar assessoria e consultoria a órgãos da administração pública, empresas privadas e movimentos sociais em matéria relacionada às políticas sociais e à garantia dos direitos civis, políticos e sociais da coletividade;
 Orientar a população na identificação de recursos para atendimento e defesa de seus direitos;
 Realizar estudos socioeconômicos para identificação de demandas e necessidades sociais;
 Realizar visitas, perícias técnicas, laudos, informações e pareceres sobre matéria de Serviço Social;
 Exercer funções de direção em organizações públicas e privadas na área de serviço social;
 Assumir o magistério de Serviço Social e coordenar cursos e unidades de ensino;
 Supervisionar diretamente estagiários de Serviço Social.” (Ministério da Educação e do Desporto, 1999, p. 2).

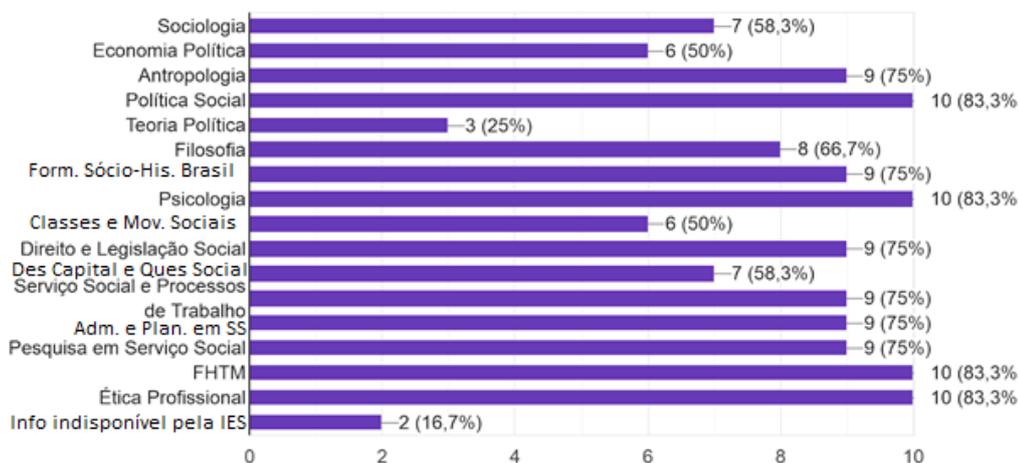
Para adquirir tais habilidades no percurso da graduação, os princípios da formação profissional englobam uma rigorosa teoria histórica e metodológica do Serviço Social, na busca da concepção da ética profissional como princípio que perpassa toda formação e também a análise da totalidade social. Através do exercício do pluralismo que proporciona a vida acadêmica e profissional e da presença da interdisciplinaridade indissociável ao ensino, a pesquisa e a extensão. Sendo assim, a nova lógica curricular se sustenta na constituição dos seguintes núcleos: (i) núcleo de fundamentos teórico-metodológicos da vida social que visa à compreensão da sociedade em sua totalidade; (ii) núcleo de fundamentos da formação socio-histórica da sociedade brasileira que adentra na particularidade da sociedade brasileira, e qual o significado do Serviço Social nesse cenário, e por fim; (iii) o núcleo de fundamentos do trabalho profissional que compreende todo o Serviço Social em sua essência.

Considerando os conteúdos indispensáveis para a formação profissional do assistente social, verifica-se que as IES de Santos, em sua maioria, disponibilizam no curso de graduação EAD de Serviço Social as disciplinas essenciais para a formação (vide gráfico 1). Cabe salientar que se verificou apenas 10 das 12 instituições, pois duas delas não disponibilizam as informações sobre a matriz curricular do curso. Aparentemente a maioria

das IES seguem as diretrizes curriculares da ABEPSS quanto a formulação do projeto pedagógico do curso de Serviço Social, porém, não se tem a segurança de que as disciplinas informadas, são de fato disponibilizadas de acordo com as diretrizes, pressupondo que pode-se apenas fornecer informação na matriz curricular e não oferecer o conteúdo adequado aos estudantes na graduação. Essa afirmação é decorrente do não acesso ao conteúdo explícito de cada matéria, com referência a resposta das alunas em EAD em Serviço Social, resultando no desconhecimento das entidades da categoria, que deveriam ser apresentadas nas disciplinas de Fundamentos Históricos e Metodológicos do Serviço Social.

Ressalta-se que matérias importantes que permitem adquirir embasamento teórico para análise da sociedade em sua totalidade, como Sociologia, Economia Política, Teoria Política, Desenvolvimento do Capital e Questão Social e Classe e Movimento Sociais, aparentemente não possuem relevância para as IES, à medida que em algumas delas não há esse conteúdo em sua matriz curricular. Sendo assim, contraria a resposta das estudantes que acreditam que a graduação que realizam na modalidade EAD, lhe permitiria alcançar, por meio da dedicação, as capacidades técnicas e históricas para atuarem e intervirem na sociedade de forma crítico-analítica.

Gráfico 1



Nesse sentido, é adequado registrar que algumas Instituições abastecem sua matriz curricular com conteúdo supérfluo, como por exemplo, Empreendedorismo Social, dirigindo-se em oposição ao que acredita-se ser viável para a formação profissional do e da assistente social, que atuará com base na questão social revelada pelo conflito entre o capital e trabalho, emergindo assim a lógica de mercado estabelecida pelo capital na

produção de profissionais empreendedores que procederão seguindo o raciocínio mercantilista.

Destaca-se que os conteúdos disciplinares são disponibilizados na modalidade EAD por uma plataforma online, através de textos, conteúdos de apresentação e vídeo aulas, flexibilizando o processo de aprendizado. Essa flexibilidade é o que atrai a maioria dos estudantes, fazendo com que disponham de no máximo uma ou duas horas para seus estudos, conforme resultado do questionário realizado com as estudantes em Serviço Social. Porém, essa metodologia não permite um maior aprofundamento do conteúdo, relacionado a sua discussão entre os alunos e os professores, o qual é propiciado pela vivência acadêmica. Identifica-se, mais uma vez, o hiato que a modalidade provoca no processo de formação.

Considerações Finais

Esta pesquisa demonstra a funcionalidade das instituições de ensino superior privadas do município de Santos, da graduação em Serviço Social na modalidade EAD, confrontada às diretrizes curriculares da ABEPSS, que norteiam a formação e o exercício profissional dos e das assistentes sociais no Brasil. Cabe apontar que seus resultados não correspondem à totalidade das instituições de ensino superior a distância, logo, é inviável importar tais conclusões para instituições de ensino superior que operam com a modalidade de ensino a distância em Serviço Social que não foram pesquisadas.

Verificou-se que a modalidade EAD contempla a lógica do capital desde os anos de 1990, abarcada pelo projeto estratégico visionário do Banco Mundial e reafirmado pelo FMI, com a perspectiva de ampliar a distribuição do ensino superior, através do modelo a distância, compreendendo o nicho de mercado existente na educação, transformando as instituições de ensino em instituições financeiras de ensino.

Identificou-se o recrudescimento de IES e do número de vagas para formação em Serviço Social na modalidade EAD, entre os anos 2010 a 2015, mais especificamente na cidade de Santos, acarretando no chamado exército de reserva de força de trabalho, sem a garantia de que pelo menos a maioria dos concluintes do curso conquistariam uma vaga no mercado de trabalho. Em função do exposto, confirma-se o quão falha é a proposta do PNE em democratizar o acesso ao ensino superior, partindo do princípio de que não diminui a desigualdade social e educacional almejada, uma vez que a maioria das pessoas formadas nesta modalidade, terão uma diplomação de ensino de qualidade duvidosa e, dificilmente adentrarão no mercado de trabalho.

Observa-se na pesquisa, juntamente com a amostra das estudantes de Serviço Social na modalidade EAD, que as plataformas de ensino a distância não trabalham o que é axial a graduação em Serviço Social, que é a confluência entre o tripé ensino, pesquisa e extensão, fazendo com que a formação profissional não possibilite uma maior e melhor vivência das teorias atravessadas no transcorrer do curso. Há também uma ineficiência dos que transmitem a teoria do Serviço Social, esta que é, e pode ser realizada, através de tutores e docentes inaptos para ministrar o curso em questão. Perceptivelmente, a formação é comprometida, podendo os estudantes em formação não adquirirem as habilidades e competências necessárias para atuarem com a questão social e suas expressões.

Frisa-se a dificuldade de acesso a informações do EAD, ao número de estudantes matriculados e, até mesmo, ao total de estudantes formados em Serviço Social nesta modalidade, prejudicando assim a supervisão e a investigação da qualidade de ensino produzido pelas IES privadas nos moldes a distância. Acentua-se que é fornecido um ensino engessado e limitado que não comporta a formação em Serviço Social dirigida pela ABEPSS, afetando a formação dos profissionais, a qual se exige um perfil crítico-analítico.

Parafraseando Mauro Iasi,⁵ se não era objetivo do capital fragmentar a categoria de estudantes em Serviço Social (e não só dele), podemos parabenizar aos envolvidos, já que esta fragmentação ocorre e muito bem na modalidade EAD. Dificultando a unificação dos estudantes na luta por um ensino de qualidade. E essa falta de interação entre os alunos, docentes e ou tutores, prejudica o debate e a formação de um argumento e um pensamento crítico-analítico que será de extrema importância para os assistentes sociais.

Concluindo este trabalho, convidamos a todos e todas para realizarem uma reflexão por meio da retórica de Luiza Erundina no 30º Seminário Nacional: 30 anos do Congresso da Virada em 2009:

Temos coisa pior, temos os tais cursos a distância. É ótimo para as faculdades particulares manterem cursos a distância. Sem nenhuma despesa, sem a presença do aluno para reclamar e sem o povo junto dos profissionais para reivindicar políticas públicas, no sentido de garantir os direitos sociais e os direitos de cidadania daquele povo [...]. Não queremos reclamar a revolução tecnológica, a revolução digital, as inovações. Nada disso! Mas, só que elas têm que estar a serviço de quem? Essa tecnologia não está a serviço dos trabalhadores e das trabalhadoras, do povo não.

Neste contexto, declara-se que deverá ser contínua a investigação e a fiscalização do processo de ensino das nossas e dos nossos futuros assistentes sociais, confirmando a luta junto com a categoria na defesa de um ensino, através de uma universidade pública,

⁵ Resposta de Mauro Iasi a uma pergunta referente ao ensino superior a distância, realizada em aula pública que tinha como o tema o Movimento Estudantil, ocorrida no dia 03 de dezembro de 2018 na Unifesp campus Baixada Santista.

presencial, laica, gratuita e de qualidade. E assim, reafirmando o compromisso com a classe trabalhadora na busca da emancipação do cidadão e de uma nova ordem societária. Quem é de luta, resiste! Seguimos resistindo!

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei n. 10.861 de 14 de abril de 2004**. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/l10.861.htm> Acesso em: 26/11/2018.

_____. **Lei n. 13.005 de 25 de junho de 2014**. Dispõe da aprovação, diretrizes gerais, objetivo e plano nacional de educação e dá outras providências. Disponível em: <http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/Viw_Identificacao/lei%2013.005-2014?OpenDocument> Acesso em: 04 jun. 2018.

_____. **Lei n. 010172 de 09 de janeiro de 2001**. Dispõe da aprovação do plano nacional de educação e dá outras providências. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/L10172.pdf>> Acesso em: 04 jun. 2018.

_____. **Instituições de Educação Superior e Cursos Cadastrados**. Disponível em: <<http://emec.mec.gov.br/>> Acesso em: 08 out. 2018.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Seminário Nacional 30 anos do congresso da virada**. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=QkvVLFiJUtg>> Acesso: 10 nov. 2018.

IAMAMOTO, M. V. **O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

_____. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa social: Teoria, método e criatividade**. 31. ed. Petrópolis (RJ): Vozes, 2012.

PEREIRA, L.D. **A expansão dos cursos de serviço social em tempos de contrarreforma do ensino superior brasileiro: impactos na formação profissional em Serviço Social**. Revista de Políticas Públicas, São Luiz, n. Especial, p. 323-331, ago. 2010.

_____. **A reação burguesa à crise capitalista e o processo de mercantilização do ensino superior no pós-1970**. Revista Virtual Textos & Contextos, Rio de Janeiro, v. 5, n. 5, p. 1-21, nov. 2006.

_____. **Enade no contexto de contrarreforma do ensino superior:** reflexões para o Serviço Social. *Temporalis*, Brasília (DF), v. 10, n.20, p.137-165, jul./dez. 2010.

_____. **Enade no curso de serviço social:** *análise dos relatórios 2004-2013*. *Temporalis*, Brasília (DF), v. 16, n. 31, p. 39-77, jan./jun. 2016.

_____. **Expansão dos cursos de Serviço Social na modalidade de EAD no Brasil:** análise de tendência à desqualificação profissional. In. *Serviço Social e Educação*. 2. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013.

SEVERINO, Antônio Joaquim. ***Metodologia do trabalho científico***. 23.ed. rev. e atual-São Paulo: Cortez, 2007.